COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2016

“Susta o Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins”.

Autor: Deputado Gerônimo Goergen

Relator: Deputado Lázaro Botelho

I - RELATÓRIO

Chega-nos para ser apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2016, cujo objetivo é sustar o Decreto sem número de 1º de abril de 2016, da Presidente da República, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins.

Na Justificação, o autor alega o seguinte:

“O Decreto tem efeito de ilegalidade, pois publicado nas vésperas da votação de afastamento da Presidente da República, não visa atingir o fim do ato administrativo e atender os interesses dos beneficiados, mas sim, apenas editar atos administrativos para marcar a gestão sem a devida análise e discussão do tema.”

O Projeto foi apresentado em 4 de maio de 2016. Em 17 de maio de 2017, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, aprovou por unanimidade o Parecer do Relator, Deputado Angelim, que votou pela rejeição da proposição.

Encaminhado à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, foi designado Relator da matéria o Deputado Lázaro Botelho, que subscreve o presente Parecer.

Este é o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, cumpre-nos reconhecer que compete ao Congresso Nacional, de acordo com o disposto no art. 49, da Constituição Federal, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Em que pese o caráter declaratório – e não normativo - do decreto presidencial, não compete a esta Comissão examinar os aspectos constitucionais da proposição, o que será feito, oportunamente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No entanto, concordamos com o autor da proposição quando afirma em sua justificção que, na oportunidade em que o decreto foi editado, o País vivia *“um momento crítico”*.

Não se pode olvidar que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR tem a necessária competência regimental para debater os conflitos fundiários que se agravam a cada dia. Sabe-se que a Administração Pública Federal, em especial o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tem grande responsabilidade na condução dos processos de desapropriação para fins de reforma agrária e que suas ações são frequentemente postas em xeque por significativos segmentos da sociedade brasileira.

Recentemente, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as ações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, denunciou, no Relatório Final, o *“alarmante número de irregularidades na atuação dessa autarquia federal que, longe de buscar uma solução para a questão agrária brasileira, se transformou em locus para atos ilícitos e imorais generalizados.”*

“Não sem razão” - continua o Relatório, *“o Tribunal de Contas da União, nos autos do procedimento nº 000.517/2016-0, encontrou 578 mil lotes da Reforma Agrária com indícios de irregularidades, corroborando e tornando ainda mais alarmante a auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União, que tinha identificado falhas em cerca de 76 mil situações (Relatório de Auditoria nº 201408383).”*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR não pode se furtar à responsabilidade de discutir e debater à exaustão as questões relacionadas com os conflitos fundiários, suas causas e conseqüências, buscando permanentemente soluções duradouras.

De fato, os conflitos fundiários agravam-se a cada dia, pois as ações desenvolvidas pelo órgão federal responsável não se mostram capazes de promover o que todo brasileiro anseia: a paz social agregada à justiça social.

Não obstante o agravamento dos conflitos fundiários no País, entendemos que o objetivo da presente proposição, qual seja, sustar o decreto presidencial, não encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, razão pela qual corroboramos os termos e conclusões proferidos pelo Deputado Angelim, Relator da matéria na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Em suas manifestações o mencionado relator, Deputado Angelim, conclui que os vícios do decreto presidencial apontados pelo autor do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2016, *“não são elididos no âmbito do Poder Legislativo”*. *“Nesse caso”* – continua o Relator – *“deve-se recorrer ao Poder Judiciário, uma vez que a ele compete julgar as lesões ou ameaças a direito”*.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado Lázaro Botelho
Relator

2017-11417